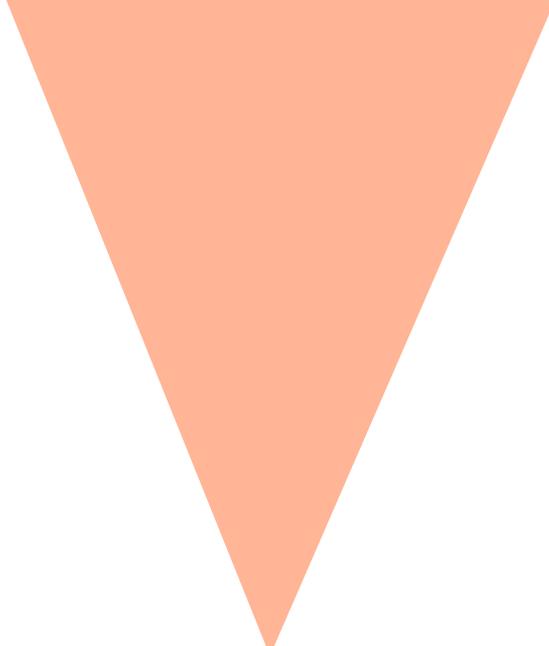




Artigos



Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina

Antonio Albino Canelas Rubim¹

-
- 1 Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult). Professor do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: albino.rubim@gmail.com.

RESUMO

O texto propõe uma visita crítica aos conceitos de políticas culturais elaborados na América Latina, desde os anos 1980, quando se inauguram tais estudos na região. A visita crítica não busca chegar a um conceito canônico, mas pretende navegar nas trilhas possíveis dos conceitos existentes, tensionando-os a partir de contribuições teórico-analíticas que ensejem atualizações nos conceitos de políticas culturais.

Palavras-chave: Políticas culturais. América Latina. Conceitos de políticas culturais.

ABSTRACT

The text promotes a visit to the concepts of culture policies elaborated in Latin America, since the 1980s, when studies were inaugurated in the region. Critical visitation does not seek to arrive at a canonical concept, but it intends to navigate the possible paths of existing concepts, stressing them from theoretical-analytical contributions that provide updates on the concepts of cultural policies.

Keywords: Cultural policies. Latin America. Concepts of culture policies.

A colombiana Ana Maria Ochoa Gautier (2003, p. 29) traz pistas acerca dos enlaces singulares entre as políticas culturais e os estudos culturais latino-americanos. Ela fala da estreita conexão existente entre estudiosos e fazedores de políticas culturais, pois os estudiosos latino-americanos frequentemente trabalham na implementação de políticas. Ochoa Gautier (2003, p. 77) assinala também a forte presença da noção de políticas culturais na mobilização do espaço público latino-americano e nos estudos culturais. Ela aponta diferenças entre estudos culturais latino-americanos e aqueles dos países centrais ao anotar:

las distancias que hay entre las definiciones de política cultural que vienen de los estudios metropolitanos sobre textos de la cultura [...] y de aquellos que vienen desde los llamados estudios culturales latinoamericanos. (OCHOA GAUTIER, 2003, p. 79)

Nada casual que Pablo Mendes Calado constate esse imbricamento em um autor emblemático do contexto latino-americano. Ele observa que: “el tratamiento de las políticas culturales está presente em prácticamente toda la obra de García Canclini”. (MENDES CALADO, 2015, p. 89) Em suma, tais relacionamentos apontam as

singularidades dos estudos culturais latino-americanos diante dos países centrais e a constituição da singular trajetória no âmbito das políticas culturais na América Latina, inclusive com relação à sua própria noção.

García Canclini, nos inícios de seu famoso texto, escreve acerca da “existencia dudosa” dos estudos de políticas culturais na América Latina dos anos 1980, pois era comum ouvir dos pesquisadores frases como “De qué políticas culturales vamos a hablar si en mi país no existen”. (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 14) Em verdade, essa perplexidade expressava o momento inaugural dos estudos de políticas culturais na América Latina. Ele conjugou o desenvolvimento dos primeiros seminários em alguns países, a exemplo de *Estado e cultura no Brasil*, coordenado por Sérgio Miceli, realizado em 1982 e publicado em 1985 e de *Culturas populares e política cultural*, acontecido também em 1982, na Cidade do México, organizado por Guillermo Bonfil e igualmente transformado em livro. Em 1983, no Brasil, aparece o pequeno livro de Martin Cezar Feijó (1987), *O que é política cultural*, que traça um breve itinerário das políticas culturais no mundo e no Brasil. García Canclini, depois de listar encontros que tiveram relevância para o desenrolar dos estudos de políticas culturais naqueles anos, destaca o grupo de trabalho sobre políticas culturais da Clacso como uma das principais expressões da ampliação de investigações nesse campo. Dele participam estudiosos como: Antonio Augusto Arantes, Carlos Catalán, José Joaquim Brunner, Luis Peirano, Néstor García Canclini, Oscar Landi e Sérgio Miceli. O grupo desenvolveu pesquisas comparativas sobre políticas culturais e consumo em Argentina, Brasil, Chile, México e Peru. (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 21) Em seu texto, o autor esboça uma primeira trajetória dos estudos de políticas culturais na América Latina.

INCURSÕES INICIAIS

Graciliano Ramos (1980, p. 273) aponta como os dicionários são desconsiderados, mas afirma que não se pode trabalhar sem eles. Cabe acatar a sugestão do escritor brasileiro e iniciar o percurso atento ao tratamento dado às políticas culturais por dicionários latino-americanos nos verbetes especializados. Uma primeira constatação se impõe: em muitos deles não existe um tópico específico sobre políticas culturais. No *Diccionario de estudios culturales latinoamericanos*, o verbete escrito por George Yúdice não traz propriamente uma definição da noção. Ele examina um conjunto de temas gerais sobre políticas culturais e depois esboça sua história no México, onde foi editado o dicionário. (YÚDICE, 2009) Já Newton Cunha, no *Dicionário Sesc – a linguagem da cultura*, escreve: “Por política cultural pode-se entender, inicialmente, o conjunto de intervenções dos poderes públicos sobre as atividades artístico-intelectuais ou genericamente simbólicas de uma sociedade”. (CUNHA, 2003, p. 511) Após a definição, ele exclui as políticas de educação desse âmbito, delinea a ação cultural do Estado, “frequentemente seletiva”, e esboça uma pequena trajetória histórica das políticas culturais no mundo. No *Diccionario del pensamiento alternativo*, Arturo Chavolla (2008, p. 413), sem mais, recorre à famosa definição de García Canclini. Os três dicionários culturais, tomados com amostra aleatória de existentes na América Latina, traduzem posturas distintas diante do trabalho de delimitação da noção de políticas culturais. Em muitos casos, a análise da temática ocorre sem recurso a uma definição explicitada; em outros acontece a utilização de uma delimitação breve e, por fim, tem-se a referência ao conceito de García Canclini, marcante nos estudos latino-americanos de políticas culturais. Cabe ressaltar que, devido ao seu caráter especializado, o *Dicionário Crítico de Política Cultural* (1997), organizado por Teixeira Coelho, será tratado adiante.

Em 1987, no livro *Políticas culturales en América Latina*, García Canclini formulou sua conhecida definição. A vigência da noção é notável. Inúmeros autores em diversos países utilizam e/ou fazem referência a ela. Alexandre Barbalho, depois de desconhecê-la em 2005, recorre a ela em 2013, em sintonia fina com a larga utilização da noção por autores brasileiros, inclusive em cursos universitários, a exemplo do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura), da Universidade Federal da Bahia, no qual ela tem uso constante em dissertações e teses. Renata Rocha, em texto recente, também assume e se filia ao conceito. (ROCHA, 2016) A noção aparece citada em Ana María Ochoa Gautier (2003, p. 70). Entre os inúmeros acionamentos encontrados em diversos autores da região, podem ser citados José Tasat (2014, p. 40) e Pablo Mendes Calado (2015, p. 89), que em trabalhos recentes reivindicam a noção para balizar seus estudos. Não resta dúvida que entre as definições esboçadas por autores latino-americanos, a noção de García Canclini surge como aquela mais utilizada. Sua persistência espaço-temporal a institui como um dos cânones da área.

García Canclini (1987, p. 26) escreveu:

Entenderemos por políticas culturales el conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social.

A referida noção, ao definir políticas culturais, delimita os agentes e os objetivos, com suas conexões sociais. De imediato, nota-se uma ampliação dos agentes responsabilizados pelo desenvolvimento de políticas culturais, antes, em geral, restritos ao Estado e, na maioria das vezes, em sua feição nacional. Victor Vich (2014, p. 61), recorrendo à Ana María Uchoa Gautier (2003), assinala o novo caráter

“descentrado” das políticas culturais e que “hoy en día son generadas desde diferentes actores sociales”. García Canclini, em sintonia fina com tais circunstâncias, torna-se um dos autores responsáveis pelo descentramento. Esse processo parece consensual para a maioria dos estudiosos que se dedicam à investigação das políticas culturais, como reafirmado por Uchoa Gautier (2003, p. 69): “en la actualidad la noción de política cultural no se moviliza desde una sola esfera (el estado) sino desde varias (los movimientos sociales, el Estado, grupos de artes, organismos internacionales etc.)”. Victor Vich (2014, p. 64), partidário de descentramento, entretanto, mesmo aplaudindo a diversificação dos sujeitos das políticas culturais, faz uma ressalva a ser considerada: “En resumen, el Estado debe ocupar una posición central en la elaboración de políticas culturales, aunque sepa de antemano que no es el único actor en el escenario”. Em uma atualização da sua definição, publicada em 2005, em sintonia com o processo de glocalização em curso, García Canclini (2001, p. 65) incorpora a dimensão transnacional às políticas culturais a sua noção: “Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad”.

Os dois primeiros objetivos propostos por García Canclini, orientar o desenvolvimento da dimensão simbólica e atender às necessidades culturais da população, não sofrem interpelações potentes de outros autores. Eventuais críticas ocorrem, por exemplo, acerca da capacidade operacional de desvelar o desenvolvimento simbólico ou delimitar as necessidades culturais da população. Nada que coloque em xeque tais objetivos, que conectam as políticas culturais e as sociedades nas quais elas se conformam. Essas finalidades enfatizam a cultura como dimensão substantiva do desenvolvimento da sociedade e como uma das necessidades sociais da população, que deve ser atendida pelo Estado por meio de políticas públicas. A história recente das práticas e dos estudos no campo das

políticas culturais sugere, nesses dois casos, potenciais de atualização nas suas formulações. Eduardo Nivón Bolán e Delia Sánchez Bonilla (2016, p. 53) escrevem, em texto recente: “En materia de cultura, las políticas públicas se traducen en la satisfacción de necesidades culturales o, dicho de otra forma, en el cumplimiento de los derechos culturales”. A consolidação de novas noções nos estudos de políticas culturais, a exemplo de direitos culturais na citação anterior, pode colaborar na reescrita com mais sintonia contemporânea da noção de políticas culturais, pois ela hoje dificilmente pode ser imaginada sem referência à garantia dos direitos culturais. A situação se configura totalmente distinta com relação ao terceiro objetivo listado: a construção de consensos para manutenção do *status quo* ou para a transformação da sociedade. Nesse caso, autores assumem posições diversas e muitas vezes divergentes. Alguns, como Guillermo Cortés (2006, p. 42) concordam com tal objetivo. Ele frisa que as políticas devem não apenas atender as necessidades da população, mas necessitam “incidir en algún tipo de cambio o transformación social”. Outros autores, na contramão, promovem exclusões e interdições, a exemplo de Teixeira Coelho (1997). Ele incorpora as finalidades indicadas por García Canclini, excluindo apenas a terceira delas. Desnecessário destacar essa dimensão como vital para discutir o posicionamento político-ideológico e a questão da neutralidade ou não das políticas culturais. Adiante tais temas serão devidamente enfrentados.

Fora a explicitação que as políticas culturais exigem um “conjunto de intervenções”, a noção de García Canclini não enumera nenhuma outra exigência inerente para delimitar o campo das políticas culturais. Nesse âmbito, diversos outros condicionantes poderiam ser acionados para demarcar melhor as fronteiras do conceito. A necessidade intrínseca de características como articulação, continuidade e sistematicidade, imanescentes a uma efetiva política cultural, não devem ser esquecidas para delimitar

de modo mais consistente as zonas de pertencimento à noção. Marco Margulis (2014) introduz uma dimensão que ele considera imprescindível às políticas culturais e seu conceito: a deliberação intencional das políticas culturais. Ele escreve em seu texto: “Otras transformaciones de la cultura provienen de acciones manifiestamente orientadas a actuar sobre algún aspecto de ésta: estamos en el terreno de las políticas culturales”. (MARGULIS, 2014, p. 13) Em sua definição de políticas culturais, o autor acrescenta ainda outra variável: a capacidade de realizar mudanças no ambiente cultural. Ele anota:

consideramos políticas culturales, es decir, a las intervenciones públicas o privadas, por parte de sectores gubernamentales, de instituciones de la sociedad civil o de otros actores sociales con capacidad de acción suficiente, que explícitamente apuntan a introducir cambios en el plano cultural. (MARGULIS, 2014, p. 15)

Desde modo, caberia aduzir tais variáveis e acrescentá-las à noção de García Canclini. Ela deve incorporar dimensões intrínsecas vitais para a caracterização cristalina de ações e formulações como políticas culturais.

Por certo, qualquer conceito se mostra incapaz de reter todas as dimensões imanentes a um fato social. Ele expressa apenas os componentes essenciais da singularidade de um determinado acontecimento. Para sua mais adequada explicitação, pode-se enumerar algumas abrangências acolhidas pela noção estudada. Desse modo, deve-se acrescentar que as políticas culturais compreendem, explícita ou implicitamente, além dos aspectos já assinalados, outras variáveis. Nivón Bolán (2006, p. 64) enfatiza a necessidade de existir um aparato institucional para formular, coordenar e executar as políticas culturais. De modo mais sistemático, um conjunto de eixos analíticos, a serem atendidos e solicitados às políticas culturais, foi enumerado em 2007: 1. Concepção de política

acionada; 2. Definição de cultura escolhida; 3. Formulações e ações desenvolvidas; 4. Objetivos e metas; 5. Caracterização dos agentes; 6. Delimitação dos públicos; 7. Instrumentos, meios e recursos (financeiros, humanos, materiais, legais etc.); e 8. Momentos da dinâmica da vida cultural contemplados. Estes últimos podem ser diferenciados em: 1. Criação, invenção e inovação; 2. Difusão, divulgação e transmissão; 3. Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; 4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 5. Formação; 6. Conservação e preservação; 7. Fruição, consumo e públicos; e 8. Organização do campo cultural: legislação, gestão, produção, programação e curadoria. (RUBIM, 2007) José Luis Mariscal Orozco (2012, p. 23) delimita a criação, produção, difusão e formação como dimensões relevantes para gestores culturais.

OUTRAS TRILHAS E A TENTAÇÃO DA NEUTRALIZAÇÃO

No inaugural livro sobre políticas culturais na América Latina, aparece outro conceito de políticas culturais, definido por alguns estudiosos formalistas. Seu principal autor, José Joaquín Brunner (1987, p. 198), preocupado com as relações entre democracia e políticas culturais, anota textualmente: “En otras palabras, las políticas culturales democráticas son – en su sentido más general – políticas formales. Persiguen arreglos institucionales más que aplicar contenidos cognitivos a la sociedad”. Conforme o autor, caberia criar “estruturas de oportunidades” (entendidas como mercados, sistemas de seleção, pluralidade de ofertas, variedade) e impedir que sejam interditadas por algum fechamento ideológico ou manipulação monopolista. (BRUNNER, 1987, p. 198) Ele torna mais explícita sua noção em 1988, quando descreve como políticas culturais: “intentos de intervención deliberada, con los medios apropiados, en la esfera de constitución pública, macrosocial e institucional de la cultura, con el fin de obtener efectos buscados”.

(BRUNNER, 1988, p. 22) Adiante, Brunner (1988, p. 268) especifica as suas modalidades de atuação:

Son, por lo general, formas de intervención que tienden a operar sobre el nivel organizacional de la cultura: preparación y carrera de los agentes, distribución y organización de los medios, renovación de los medios, formas institucionales de la producción y circulación de bienes simbólicos etc.

A postura liberal do autor, que adota apenas os procedimentos formais da democracia e negligencia sua dimensão substantiva, ao esquecer as profundas desigualdades próprias da sociedade capitalista, foi criticada por diversos autores. Beatriz Sarlo, em 1988, comentou na revista *Punto de Vista*:

Limitar las políticas a funcionar como garantías de igualdad formal de los agentes que intervengan supone una abstracción o grado cero de desigualdad cultural y material. En el proceso cultural los sujetos no son efectivamente iguales ni en sus oportunidades de acceso a los bienes simbólicos ni en sus posibilidades de elegir, incluso dentro del conjunto de bienes que están efectivamente a su alcance. (SARLO, 1988 apud ROCHA, 2016, p. 691,692)

Em recente texto, Renata Rocha (2016) também crítica a noção e mobiliza outros autores em seus reparos às concepções de José Joaquín Brunner. No Brasil, a presença desse autor ocorre em outro patamar. Isaura Botelho (2016, p. 20-27), por exemplo, retomou Brunner não para assumir sua noção de políticas culturais, mas para utilizar distinção proposta por ele entre as concepções antropológica e sociológica da cultura e suas implicações nas políticas culturais.

José Joaquín Brunner parece não ter sido capaz de constituir uma genuína corrente liberal na América Latina a partir de sua concepção das políticas culturais. Mas o horizonte de uma perspectiva

de neutralidade para as políticas culturais, inscrita na sua formulação, mostrou-se persistente através de diferentes caminhos teóricos e analíticos. Diversos olhares podem ser mobilizados para explicar tal permanência. Talvez tenha centralidade a não tessitura de formulações e de práticas radicalmente democráticas do Estado nas suas relações com a cultura. Inúmeros autores tematizaram a cultura em contraponto aos Estados autoritários e seu dirigismo cultural vigentes na América Latina até os anos 1980, configurando uma percepção sempre negativa da ação estatal. Outros aderiram à visão neoliberal do Estado mínimo, que prevaleceu na região, em especial nos anos 1980 e 1990, e que negou o Estado enquanto agente de políticas culturais, em detrimento do “mercado”. A ameaça do Estado mínimo neoliberal parece retornar em sua versão ultraliberal à América Latina nos brutais anos atuais. Em ambos os casos, autoritários e/ou neoliberais, a neutralização do Estado se tornou funcional. A interdição do Estado (também) fazer cultura tem sido muitas vezes verbalizada, inclusive por personalidades e segmentos democráticos e de esquerda. Estranhamente nunca se profere a mesma proibição em relação às empresas e ao “mercado”. A discussão das conexões possíveis entre um Estado (radicalmente) democrático e cultura necessita ser enfrentada para elucidar melhor suas potencialidades na configuração de políticas culturais e sua noção. (RUBIM, 2016)

Para além da neutralização das políticas culturais através da negação de um possível papel ativo e democrático do Estado, ainda existem aqueles que tomam a neutralidade como requisito para erigir as políticas culturais como ciência. Teixeira Coelho (1997, p. 293), por exemplo, propõe a política cultural como “uma ciência da organização das estruturas culturais”. A proposição encontra-se estritamente associada à perspectiva do autor de que “[o] conceito de política cultural apresenta-se com frequência sob a forma altamente ideologizada”. (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 293) Ele recorre a uma noção bastante aproximada daquela de García Canclini:

a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 293)

Mas exclui o restante da noção de García Canclini, que fala em obter consenso para manutenção de uma ordem social ou sua transformação, e o submete à crítica. (TEIXEIRA COELHO, 1997, p. 293-294) Cabe observar que García Canclini não associa as políticas culturais a um determinado consenso, seja a favor da manutenção ou da transformação da sociedade. Ele apenas afirma que uma das finalidades das políticas culturais está umbilicalmente associada à disputa de consensos na sociedade. Alexandre Barbalho (2005, p. 35) fustiga a pretensão cientificista do autor “na medida em que política e cultura não são sinônimos nem se confundem com ciência”. (BARBALHO, 2005, p. 35) Recorrer à ciência para fazer esquecer o poder de escolhas imanente às políticas culturais não parece ser uma boa contribuição à elaboração conceitual.

Definições neutralizadas de políticas culturais não se circunscrevem à América Latina. Vital Beneyto, de acordo com Xan Bouzadas Fernández (2007, p. 30) um dos pioneiros dos estudos na Espanha, definiu políticas culturais:

Como conjunto de medios movilizados y de acciones orientadas a la consecución de fines, determinados éstos y ejercidas aquéllas por las instancias de la comunidad – personas, grupos e instituciones – que por su posición dominante tienen una especial capacidad de intervención em la vida cultura de la misma.

Ainda que fale em posição dominante, a definição não abandona a formulação de pretensa posição neutral. A visão das políticas culturais como “mais burocrática que criativa”, esboçada por Toby Miller e George Yúdice (2004, p. 11), também parece colaborar na redução

das políticas culturais às conformações puramente administrativas, menosprezando sua capacidade de inovação e de proposição de alternativas políticas.

Uma das opções mais vigentes para construção de formulações “neutras” de políticas culturais floresce como sua redução às suas dimensões tão somente administrativas. Victor Vich (2006, p. 60) critica esta postura:

la política cultural no puede terminar reduciéndose a la pura ‘gestión administrativa’, aunque sepamos de hecho que una política cultural que carezca de una gestión eficiente – por más que tenga muchos presupuestos claros – está siempre condenada al fracaso.

Para ele, além de não se reduzir a uma mera administração, as políticas culturais “deben tener claros objetivos de intervención social”. (VICH, 2014, p. 60, 61) Em outra passagem de seu primeiro texto, Victor Vich (2006, p. 66), depois de assinalar que se vive hoje em uma sociedade que promove a constante desigualdade entre atores sociais, observa que “toda política cultural tiene que contribuir a atacar tal problema y tiene que servir para fundar nuevos vínculos entre las personas”. Luis Guillermo Lumbreras (2006, p. 73), em capítulo no mesmo livro, aponta que a política cultural “define las alternativas reales de sus propósitos de futuro”.

De modo mais cristalino, Mario Margulis (2014, p. 22) constata que as políticas culturais nem sempre assumiram perspectiva emancipadora, mas foram muitas vezes utilizadas a favor da exploração, do racismo, dos preconceitos e de restrições extremas das liberdades e direitos humanos. Ainda que na sociedade, quase sempre, prevaleça uma visão positiva da cultura, sua valorização não pode esconder e esquecer que existem também culturas cheias de preconceitos e discriminações de classe, etnia, gênero, orientação sexual, idade, origem regional etc. Por certo, culturas oprimiram nações, comunidades e indivíduos e foram utilizadas com tais finalidades. De modo semelhante, as políticas culturais são perpassadas

por horizontes de poder contraditórios e contrapostos, o que inibe, mais uma vez, a ideia de que elas sejam ou devam ser neutras. Uma pergunta que não pode calar acerca de políticas culturais: porque, em regimes radicalmente democráticos, recursos públicos devem ser utilizados para propiciar o desenvolvimento de qualquer tipo de cultura, inclusive aquelas opressoras e carregadas de preconceitos, sem que se considere seu compromisso com a cidadania, os direitos da população e a cultura cidadã?

Em palavras bem transparentes, as políticas culturais não podem se furtar ao âmbito dos valores e ao debate público, ainda que, como constata Ana María Ochoa Gautier (2003, p. 22): “La idea de que las políticas culturales construyen valores es casi lugar común en los estudios culturales. Pero en espacio público, fuera de la academia, hay mucha ambigüedad en torno a esta idea”. Para a autora o vínculo entre políticas culturais e valores tem relação com a ampliação do campo das políticas culturais. Ele agora não pode ser pensado como restrito ao estado, nem como mera organização dos bens e serviços culturais, mas “como un campo en el cual el sentido y valor de lo simbólico se define desde a capacidad de mediar procesos culturales, políticos y sociales”. (OCHOA GAUTIER, 2003, p. 83) Lucina Jiménez na introdução do livro de Eduardo Nivón Bolán reforça igualmente a conexão entre políticas culturais e valores. Ela elogia o autor por abandonar uma concepção de política cultural desenhada por planejadores presos a objetivos, resultados e metas e “en cambio colocar el acento en los valores [...] para sí construir las políticas culturales democráticas de este siglo”. (JIMÉNEZ, 2006, p. 16-17) Dentre os valores enumerados por ela, podem ser lidos: direitos culturais, ética de cooperação cultural, diversidade, sustentabilidade ambiental, participação, memória, autonomia e solidariedade. O próprio Eduardo Nivón Bolán (2006, p. 59) assinala que a política cultural se empobrece se for reduzida à mera esfera administrativa e “se la priva de su sentido utópico, de compromiso con un modelo de sociedad”.

NOVOS HORIZONTES CONCEITUAIS

As complexas mutações ocorridas na sociedade, na cultura e nos estudos sobre cultura e políticas culturais, em especial, com a valorização da diversidade cultural, o advento do conceito ampliado de cultura e o descentramento dos agentes das políticas culturais criam condições para o surgimento de novas perspectivas de compreensão e definição da noção de políticas culturais na América Latina. Guillermo Cortés (2006, p. 20) observa que, desde os anos 1980, o tema das políticas culturais gerou uma extensa discussão, segundo ele, “esencialmente teórica”, que se traduziu: “en un corpus de conceptos, definiciones, recomendaciones y orientaciones generales”. Apesar de discordar da afirmação do caráter teórico da produção, não há como negar que, a partir daqueles tempos, os estudos de políticas culturais se desenvolveram no mundo e, mais especificamente, na América Latina. No caso brasileiro, eles tiveram seus inícios na década de 1980, mas só ganharam fôlego com a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, durante o governo Lula.

Resultantes de tais mudanças, campo e conceito de políticas culturais se expandiram. Ana Rosas Mantecón e Eduardo Nivón Bolán, por exemplo, falam que a concepção geral de políticas culturais se ampliou, deixando de ser um mero instrumento desenhado para oferecer serviços culturais e dar acesso a eles, para ser um dispositivo “que puede transformar las relaciones sociales, apoyar la diversidad e incidir em la vida ciudadana”. (ROSAS MANTECÓN; NIVÓN BOLÁN apud OCHOA GAUTIER, 2003, p. 81, 82)

Nesse horizonte, outras perspectivas de análise aparecem e novas definições de políticas culturais florescem. Arturo Escobar (apud NIVÓN BOLÁN, 2006, p. 58), em 1999, propôs entender políticas culturais “como el proceso que se ejecuta cuando los actores sociales, moldeados o caracterizados por diferentes significados y prácticas culturales, entran en conflicto”. O novo olhar assumido pelo autor colombiano incorpora como agentes de políticas

culturais setores subalternizados em seus embates políticos contra a ordem cultural vigente. Retomada e atualizada por meio das presenças de Sonia Alvarez e Evelina Dagnino como coautoras, a noção é contraposta explicitamente ao uso corrente do conceito de políticas culturais, como ação do Estado e de outros agentes na área da cultura, “vista como terreno autónomo separado de la política”. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 22) Apesar do exagero de considerar que a formulação conceitual anterior de políticas culturais implica sempre e necessariamente a desconexão entre política e cultura, os autores pretendem chamar a atenção sobre o vínculo imanente entre cultura e política. Conforme eles:

El lazo constitutivo significa que la cultura, entendida como concepción del mundo y significados que integran prácticas sociales, no puede ser comprendida adecuadamente sin la consideración de las relaciones de poder imbricadas con dichas prácticas. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 1999, p. 135)

Logo adiante os três autores afirmam: “Con la expresión políticas culturales nos referimos, entonces, por lo cual lo cultural deviene en hechos políticos”. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 1999, p. 135) Mais à frente, eles reafirmam que: “las identidades y estrategias colectivas de todos los movimientos sociales están inevitablemente ligados al ámbito de la cultura”. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 1999, p. 141) Em texto publicado no ano 2000, os mesmos autores enfatizam que movimentos sociais

quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural. (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p. 25)

Tal perspectiva amplia a noção de políticas culturais, pois considera que as lutas políticas que trazem imanentes concepções

culturais contrapostas às dominantes e se insurgem contra esta vigência devem ser acolhidas no conceito de políticas culturais.

A distinção existente na língua inglesa entre *policy* e *politics* pode ajudar na explicitação das duas vertentes interpretativas ensaiadas para o conceito de políticas culturais. O primeiro termo, quando associado ao termo cultura, como na expressão *cultural policy*, remete a uma acepção relativa à atuação pública no campo cultural. Já o segundo, quando inscrito em *cultural politics*, refere-se à luta pelo poder ou mais precisamente ao significado cultural imbricado em ato político. Eduardo Nivón Bolán (2006, p. 59) propõe uma distinção na língua espanhola entre *Política*, no singular e com maiúscula, para designar a primeira e *políticas*, em minúscula e no plural, para corresponder à segunda expressão inglesa. Pouco depois de apresentar essa proposição, o autor mexicano opta por entender as políticas culturais como atuações públicas e “acciones de gobierno”. (NIVÓN BOLÁN, 2006, p. 59) Ochoa Gautier (2003, p. 74) toma uma posição diferente. Após visitar o jogo de significados, ela aceita a segunda alternativa como políticas culturais e acredita que tal noção abarca “una gama de mediaciones entre lo político y lo cultural y lo cultural y lo político”, que permite incorporar atores sociais marginalizados.

Em linhagem próxima, outros estudiosos trilham esses caminhos, demonstrando que tal abertura conceitual guarda sintonia com a circunstância contemporânea e que, por isso mesmo, não pode ser descartada, sem mais, mesmo que se reconheça a complexidade que acarreta à definição do conceito de políticas culturais e às análises desse campo, agora bastante ampliado. Reivindicar a dificuldade de operacionalização para obstruir tal abertura parece não ter sentido. Interdições semelhantes já tinham sido acionadas contra as ideias de desenvolvimento simbólico e, em especial, de satisfação das necessidades culturais da população, contidas na definição de García Canclini. De modo similar, a reconsideração por Isaura Botelho (2016) das noções de sentido antropológico e sociológico da cultura, esboçada por Brunner, não deve bloquear à utilização

do conceito amplo de cultura pelas políticas culturais, mas, sobretudo, indicar a complexidade e as dificuldades advindas do acionamento dessa noção ampliada para as políticas culturais.

Outra ponderação que pode ser feita diz respeito a possível recaída no paradigma anterior dos relacionamentos, no qual a política instrumentaliza e submete a cultura. A proposição de Alvarez, Dagnino e Escobar não me parece que retome essa postura, pois a luta política aparece como meio para a transformação da sociedade, que se conforma sempre e necessariamente como político-cultural, como mudança na concepção de mundo. Ou seja, no horizonte desses autores, política e cultura estão imbricados na luta pela transformação social. Talvez tal proposição de enlace constitutivo entre cultura e política possa ser discutível, mas ela não permite subsumir a cultura à política, como ocorreu historicamente. Nesse sentido, não compartilho com as ressalvas feitas por Renata Rocha (2016) a esse conceito em sua abordagem teórico-conceitual acerca dos estudos de políticas culturais na América Latina.

Na trilha aberta por essas mudanças, surgem novas noções ampliadas de políticas culturais na América Latina, ainda que não partilhem, muitas vezes, os mesmos horizontes teórico-conceituais. Daniel Mato (2001, p. 149) anota que a ideia de políticas culturais “integra todo aquello que se relaciona con el carácter simbólico de las prácticas sociales y en particular a la producción de representaciones sociales”. Ana Wortman (2002, p. 325), engloba como política cultural a ação e a ordem política determinada que produz: “representaciones e imaginarios sociales que inciden en el plano del simbólico social, en la generación de un ethos epocal que penetra en las prácticas de la vida cotidiana”. Ana María Ochoa Gautier (2003, p. 20), por exemplo, em seu livro, define políticas culturais como:

la movilización de la cultura llevada a cabo por diferentes agentes – el estado, los movimientos sociales, las industrias culturales, instituciones tales como museos u organizaciones turísticas, asociaciones de artistas y otros – con

finés de transformación estétíca, organizacional, polítíca, económica y/o social.

Na Argentina, Mário Margulis (2014, p. 20) reivindica uma concepção “más amplia de las polítícas culturales”, entendida como ações deliberadas do setor público, do privado ou de ambos,

dirigidas a actuar sobre los códigos de la cultura, lo que implica en intervenir en los sistemas de signos y en las estructuras de significación, históricamente constituidos y compartidos por grandes grupos, que sustentan las formas arraigadas de percibir, apreciar, relacionarse y actuar, y que orientan las prácticas.

Nesse sentido, conforme as teses defendidas pelo estudioso, as polítícas culturais não ficam restritas a uma lógica estético-ilustrada, característica das formulações mais tradicionais das polítícas culturais, mas conseguem se realizar em uma perspectiva socio-semiótica. Isto é, ela passa a acolher outras polítícas públicas nem sempre aceitas no âmbito estritamente culturais, como as polítícas de transformação urbana.

AVISOS SOBRE O PONTO FINAL

Esta viagem pelos itinerários das noções de polítícas culturais na América Latina não parece capaz de contemplar todos os sentidos atribuídos ao termo nessa região do mundo. A fragilidade, ainda presente no intercâmbio acadêmico e cultural, opera dificultando o conhecimento, a circulação e a divulgação de autores e obras produzidas na região. A dispersão característica dos estudos de polítícas culturais, seja nos países latino-americanos, seja em esferas de conhecimento em um mesmo país, complexifica ainda mais o trabalho de investigação e análise. Apesar das dificuldades, o texto buscou ser o mais abrangente possível ao visitar a bibliografia existente em diversos países e áreas de conhecimento. Não se pretendeu,

em momento algum, uma viagem exaustiva, nem chegar a um conceito determinado de políticas culturais, mas percorrer e discutir talvez as mais expressivas noções esboçadas por autores latino-americanos. A visão subjacente ao texto é que não existe e nem é preciso adotar necessariamente um conceito canônico de políticas culturais, de modo similar ao que acontece com relação ao termo cultura e seus múltiplos significados. A multiplicidade de sentidos, presente em ambos os casos, ainda que de modo bastante desigual devido à pluralidade de significados do termo cultura, pode acarretar dificuldades de análise e de rigor, mas demonstra a riqueza e a diversidade de enfoques possíveis para dar conta destes complexos universos. Nessa perspectiva, parece razoável imaginar que a coexistência, sempre tensa, de conceitos diferenciados, que podem se contrapor, mas igualmente dialogar, e mesmo se entremear, antes de fragilizar o campo, apontam para a possibilidade de olhares plurais e inovadores que, ao respeitar as singularidades, estejam sintonizados com a complexidade e o desenvolvimento das políticas culturais na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Lo cultural y lo político en los movimientos sociales em América Latina. In: GARCÍA CANCLINI, N.; MONETA, C. J. (org.). *Las industrias culturales en la integración latinoamericana*. México, D.F.: Grijalbo, 1999. p. 357-374.

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 15-57.

BARBALHO, A. Política cultural. In: RUBIM, L. (org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 33-52.

BARBALHO, A. *Política cultural*. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

- BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. *In: BOTELHO, I. Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios.* São Paulo: Edições SESC, 2016. p. 19-39.
- BOUZADAS FERNÁNDEZ, X. M. Financia acerca del origen y génesis de las políticas culturales occidentales: arqueologías y derivas. *O Público e o Privado*, Fortaleza, n. 9, p. 111-147, jan./jun. 2007.
- BRUNNER, J. J. Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades. *In: GARCÍA CANCLINI, N. (org.). Políticas culturales en América Latina.* Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 175-203.
- BRUNNER, J. J. *Un espejo trizado: ensayos sobre cultura y políticas culturales.* Santiago: Flacso, 1988.
- CHAVOLLA, A. Política cultural. *In: BIAGINI, H. E.; ROIG, A. A. (org.). Diccionario del pensamiento alternativo.* Ciudad de México: Editorial Biblos, 2008. p. 413-414.
- CORTÉS, G. Tan cerca y tan lejos: los vaivenes de las políticas culturales. *In: CORTÉS, G.; VICH, V. (org.). Políticas culturales: ensayos críticos.* Lima: Instituto de Estudios Peruanos; Instituto Nacional de Cultura, 2006. p. 19-43.
- CUNHA, N. Política cultural. *In: CUNHA, N. Dicionário Sesc. A linguagem da cultura.* São Paulo: Sesc, 2003. p. 511-512.
- FEIJÓ, M. C. *O que é política cultural.* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GARCÍA CANCLINI, N. Definiciones en transición. *In: MATO, D. (org.). Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización.* Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 57-67.
- GARCÍA CANCLINI, N. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. *In: GARCÍA CANCLINI, N. (org.). Políticas culturales en América Latina.* Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59.
- JIMÉNEZ, L. Introducción. *In: NIVÓN BOLÁN, E. La política cultural: temas, problemas y oportunidades.* Ciudad de México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006. p. 13-17.
- LUMBRERAS, L. G. El papel del estado en el campo de la cultura. *In: CORTÉS, G.; VICH, V. (org.). Políticas culturales: ensayos críticos.* Lima: Instituto de Estudios Peruanos; Instituto Nacional de Cultura, 2006. p. 70-111.

- MARGULIS, M. Políticas culturales: alcances y perspectivas. In: MARGULIS, M. et al. *Intervenir en la cultura: más allá de las políticas culturales*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2014. p. 13–32.
- MARISCAL OROZCO, J. L. *Profesionalización de gestores culturales en Latinoamérica: Estado, universidades y asociaciones*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2012.
- MATO, D. Des-fetichizar la ‘globalización’: basta de reduccionismos, apologías y demonizaciones, mostrar la complejidad y las prácticas de los actores. In: MATO, D. (org.). *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 147–177.
- MENDES CALADO, P. *Políticas culturales: rumbo y deriva: estudio de caso sobre la (ex)Secretaría de Cultura de la Nación*. Caseros: RGC Libros, 2015.
- MICELI, S. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1985.
- MILLER, T.; YÚDICE, G. *Política cultural*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.
- NIVÓN BOLÁN, E. *La política cultural. Temas, problemas y oportunidades*. Ciudad de México: Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, 2006.
- NIVÓN BOLÁN, E.; BONILLA, D. A. S. La gestión cultural en América Latina. In: AMAYA TRUJILLO, J.; RIVAS LÓPEZ, J. P.; MERCADO ARCHILA, M. I. (orgs.). *Diversidad, tradición e innovación en la gestión cultural. Teorías y contextos*. Guadalajara: UDGVirtual, 2016. p. 21–56. T. I.
- OCHOA GAUTIER, A. M. *Entre los deseos y los derechos*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2003.
- RAMOS, G. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- ROCHA, R. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual. *Políticas Culturais em Revista*. Salvador, v. 9, n. 2, p. 674–703, 2016.
- RUBIM, A. A. C. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. (org.). *Teorias e políticas de cultura*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 139–158.

RUBIM, A. A. C. Observações acerca das relações entre estado e cultura. *In: CUNHA FILHO, F. H.; AGUIAR, M. P.; COSTA, R. V. (org.). Direitos culturais: múltiplas perspectivas.* Fortaleza: Editora UECE, 2016. p. 124-140.

TASAT, J. Las políticas culturales como políticas públicas: la gestión de la cultura en nivel local. *In: TASAT, José (org.). Políticas culturales públicas.* Buenos Aires: Sáenz Peña; EDUNTREF, 2014. p. 31-54.

TEIXEIRA COELHO. Política cultural. *In: TEIXEIRA COELHO. Dicionário crítico de política cultural.* São Paulo: Iluminuras; Fapesp, 1997. p. 293-300.

VICH, V. *Desculturalizar la cultura. La gestión cultural como forma de acción política.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.

VICH, V. Gestionar riesgos: agenda y maniobra en la política cultural. *In: CORTÉS, G.; VICH, V. (org.). Políticas culturales: ensayos críticos.* Lima: Instituto de Estudios Peruanos; Instituto Nacional de Cultura, 2006. p. 45-70.

WORTMAN, A. Vaivenes del campo intelectual político cultural en la Argentina. *In: MATO, D. (org.). Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas em cultura y poder.* Caracas: Clacso, 2002. p. 327-337.

YÚDICE, G. Política cultural. *In: SZURMUK, M.; IRWIN, R. M. (org.). Diccionario de estudios culturales latinoamericanos.* México, DF: Siglo XXI, 2009. p. 214-219.